

A segregação socioespacial das mulheres em Campinas: a formação do Jardim Itatinga

Ana Paula Augusto
Instituto de Geociências - UNICAMP
anabranco.geografia23@gmail.com

Caio da Silva Lourenço de Oliveira
Instituto de Geociências - UNICAMP
caiolourencosilva@gmail.com

Luna Peres Guimarães
Instituto de Geociências - UNICAMP
lunaperes10@hotmail.com

RESUMO: Perante a lógica de produção e reprodução do espaço urbano a partir dos agentes urbanos, faz-se importante este estudo com base nos processos de segregação socioespacial, de gentrificação e de urbanização do município de Campinas. O objeto de estudo que deu origem ao presente artigo demarca a segmentação de um grupo social de mulheres decorrente de políticas que contribuíram para a formação e consolidação do Jardim Itatinga, sendo o único bairro planejado para atividades de prostituição no Brasil e o maior destinado para tal atividade a céu aberto na América Latina. Dessa forma, o objetivo central foi compreender o processo de segregação socioespacial das mulheres tendo como recurso metodológico uma ampla revisão bibliográfica sobre a temática abordada.

Palavras-chave: segregação socioespacial, prostituição, Jardim Itatinga

GT-16: Produção e reprodução do espaço urbano- teoria e prática

1. INTRODUÇÃO

Espaço urbano caracteriza-se, segundo Corrêa (2000), como a união de diversas formas de utilizar a terra sobrepostas entre si, definindo diferentes áreas de acordo com suas funções, tal como o centro da cidade que historicamente torna-se o local de maior concentração de atividades de serviços e comerciais, ou como as áreas residenciais que divergem das outras em termos de organização e conteúdo social. O espaço urbano é colocado pelo autor como “simultaneamente fragmentado e articulado: cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade muito variável” (CORRÊA, 2000, p. 7) sendo, portanto, um reflexo e condicionante social, um agrupamento de diversos símbolos e também um campo de lutas.

Sendo a consequência de diversas ações que acumularam-se ao longo do tempo, o espaço urbano é produzido por agentes concretos que consomem espaço dentro da dinâmica dos processos de reprodução e acumulação do capital, com base nas necessidades que envolvem as relações de produção e nas disputas que emergem através dos conflitos de classe. Esses agentes concretos são: “(a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; (b) os proprietários fundiários; (c) os promotores imobiliários; (d) o Estado; e (e) os grupos sociais excluídos” (CORRÊA, 2000, p. 12) tornando, assim, o espaço urbano com uma dupla funcionalidade: de manifestar as diversas condições de cada localidade específicas às atividades e a de sustentação física.

Segundo Villaça (2011), a sociedade brasileira não pode ser compreendida sem a análise de sua desigualdade social, política e econômica. A segregação tem suma importância na análise do espaço urbano de metrópoles, cidades grandes e médias principalmente pela característica de dominação que ocorre através destas esferas e também do grande desnível que se forma entre o espaço urbano das diferentes classes sociais: dos mais pobres e dos mais ricos.

Para a análise do espaço urbano, a segregação apresenta-se com suma importância, tendo em vista que a sociedade brasileira não pode ser compreendida sem o entendimento de sua desigualdade social, política e econômica (VILLAÇA, 2011). A segregação é caracterizada principalmente pela dominação que ocorre através destas esferas e também do grande desnível que se forma entre o espaço urbano das diferentes classes sociais: dos mais pobres e dos mais ricos.

A segregação, segundo Sposito (2013), possui seis pontos que auxiliam na compreensão de sua multidimensionalidade. O primeiro discute acerca das desigualdades e formas de diferenciação não serem necessariamente formas de segregação. Partindo da explicação de

Lefebvre de que “quem diz diferença diz relações e, portanto, proximidade. [...] A separação e a segregação rompem a relação. Constituem por si mesmas uma ordem totalitária, cujo objetivo estratégico é romper a totalidade concreta, destruir o urbano” (LEFEBVRE, 1983 [1970] apud SPOSITO, 2013) a autora justifica que o uso do conceito de segregação cabe apenas quando a diferença que ocorre está radicalmente separada espacialmente implicando no rompimento das relações entre o conjunto do espaço urbano e a parte segregada, dificultando as articulações que mobilizam a vida urbana.

No segundo ponto, Sposito (2013) discute o caráter multidimensional das diversas formas de segregação que existem, preferindo o termo “segregação socioespacial” devido à importância das dimensões contidas na adjetivação e, no terceiro ponto, o fato de a segregação ter sempre natureza espacial e por isso distinguir-se de outros termos que são comumente utilizados no tema.

Concordando com a perspectiva da Escola de Chicago de que a segregação é, na realidade, um processo, o quarto ponto é discutido pela autora “considerando-se as múltiplas temporalidades que ensejam a vida urbana” (SPOSITO, 2013, p. 66) e ao reconhecimento das razões que levaram a localidade à segregação serem anteriores à existência dela. O quinto ponto aborda a segregação como uma combinação entre condicionantes e termos subjetivos/objetivos, partindo da ideia de que, apesar dos fatos concretos serem aptos para produzir a segregação (tais como rios, ferrovias ou lei/uso da força), a compreensão de que, quando social, o processo de segmentação envolve diversos fatores, estruturais, ideológicos, racionais, emocionais, identitários, intolerantes, e que expõem movimentos perversos da sociedade. No sexto ponto, Sposito afirma:

A segregação vincula-se aos sujeitos sociais envolvidos no processo - os que segregam e os que estão segregados. Ela não resulta de dinâmicas da cidade em si, como se fossem resultado da competição ‘natural’ entre diferentes grupos pelo uso do espaço. [...] Ela denota, também, contradições mais amplas, as de natureza cultural, étnica e religiosa. Indica o fosso que se agiganta entre diferentes civilizações num mundo que se orienta pela internacionalização da economia e dos valores, como mostram todas as formas de segregação, que têm como base a intolerância de uma sociedade em relação aos valores das outras (SPOSITO, 2013, p. 67).

A gentrificação é um processo socioespacial de mudança gradual dos moradores locais e alteração da paisagem de determinadas localidades. A partir de políticas públicas urbanas que utilizam de uma estratégia de revalorização imobiliária e possuem intenção de que o espaço adquira um novo uso com nova população residente, contando com a expulsão dos antigos

moradores e de suas habitações para regiões mais afastadas, afetando e destruindo as referências espaciais e afetivas locais da vida comunitária já consolidada na localidade (RAMOS, 2012). Os processos de gentrificação e segregação formam um conjunto no que diz respeito à modificação do espaço urbano para atender os interesses dos agentes hegemônicos (proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários e os promotores imobiliários).

O Jardim Itatinga localiza-se na região sudoeste da cidade de Campinas - SP, no encontro das rodovias Santos Dumont e Bandeirantes. Segundo Steganha (2018), é o único bairro planejado para a prostituição no país. Foi criado durante o regime militar, em 1967, para agrupar todo exercício vinculado a prostituição em uma área distante da cidade, afastando as profissionais do sexo dos moradores da cidade para não criar ‘desordem’.

Considerado a maior Zona de Prostituição a céu aberto da América Latina, o bairro do Itatinga possui uma circulação estimada de 2.000 profissionais do sexo por mês, permitindo o funcionamento de mais de 200 casas de prostituição de diversos tamanhos. O presente artigo consiste na busca pela compreensão da segregação socioespacial de mulheres e travestis que trabalham no local com base na formação do espaço urbano estudado (SANTOS, 2008).

2. Urbanização do município de Campinas

A urbanização da cidade de Campinas teve a intensificação de seu processo a partir da implantação da Ferrovia Paulista em 1875, que possuía como objetivo auxiliar o município no escoamento de seus produtos, especialmente o café que, nesse período, era o de maior importância econômica, e também facilitar o acesso às cidades vizinhas. Em 1934, o Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas é colocado em prática pelo engenheiro Prestes Maia gerando os traçados que são vistos atualmente na cidade. A abertura de grandes avenidas foi realizada no mesmo período possibilitando o acesso a regiões mais periféricas através de um sistema radiocêntrico. A Rodovia Anhanguera, uma das principais do estado de São Paulo, foi construída em 1948 com o objetivo de conectar Campinas ao interior do estado e foi duplicada por volta de 1961 facilitando o escoamento de diversos produtos. Em 1972 é construída a Rodovia Dom Pedro I, que faz a conexão da Região Metropolitana de Campinas com o Vale do Paraíba. E logo em 1978 é construída a Rodovia dos Bandeirantes, ligando Campinas a capital do estado e em 1985 é construída a Rodovia Santos Dumont, que conecta a Região Metropolitana de Campinas à Região Metropolitana de Sorocaba, passando por um dos aeroportos mais importantes do país que localiza-se no município de Campinas, o Viracopos. Por

fim, em 2001 é inaugurado o Anel Viário Magalhães Teixeira, construído com o objetivo de melhorar o trânsito na área central de Campinas e para o aprimoramento do deslocamento metropolitano. (FIGUEIREDO, 2016)

A constituição de uma importante e fluida malha viária na Região Metropolitana de Campinas e principalmente pelo fato de o Jardim Itatinga estar muito próximo da confluência das rodovias Santos Dumont e Bandeirantes o coloca em relação de privilégio na questão da acessibilidade, já que grande quantidade dos clientes que lá frequentam vem de outras regiões do município que não a zona sul, além de moradores de outras cidades da região.

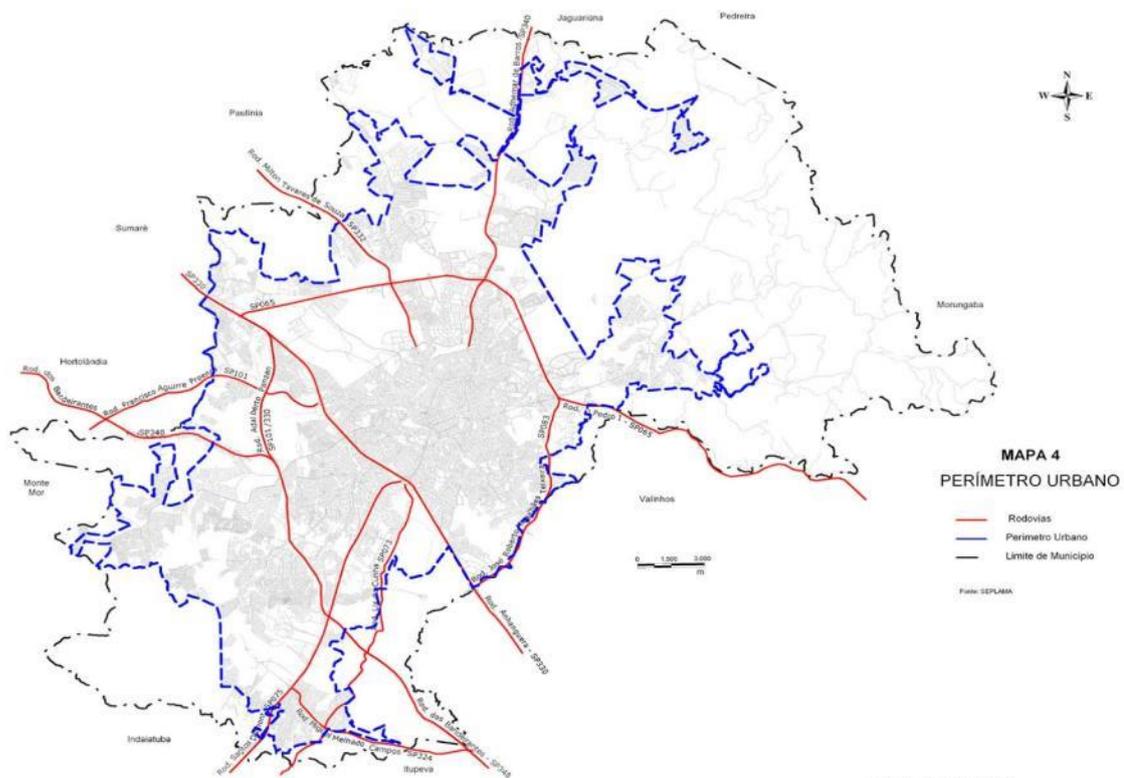


Figura 1: Mapa rodoviário de Campinas e perímetro urbano da cidade. Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas, Plano Diretor (2006). Elaboração: SEPLAMA (Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente).

A formação urbana da cidade de Campinas apresenta assim uma materialidade dos interesses de parte do corpo que forma os agentes urbanos (CORREA, 2000) presentes nas cidades, uma vez que a sociedade brasileira tem sua formação pautada na separação das classes sociais e também a segregação socioespacial.

Campinas possui uma dicotomia entre o norte e o sul da cidade, sendo o norte uma região mais valorizada, local de construção de obras públicas, centro político e econômico da cidade, e

que abriga um importante pólo tecnológico nacional (SANTOS, 2000/IBGE, 2011), enquanto o sul é o local onde foram destinadas atividades urbanas desvalorizadas e onde instalou-se o bairro da Vila Industrial no final do século XIX, local de moradia da classe operária (RAMOS, 2015). O Jardim Itatinga foi instalado na região sul da cidade, próximo a importantes rodovias da Região Metropolitana de Campinas, como a Santos Dumont e a Bandeirantes.

Ainda relatando os pontos dessa diferença de regiões na cidade de Campinas, o norte em sua maioria abriga amplas redes nacionais e globais de fluxos, além de informação e, para tanto, se faz necessário uma constante reorganização para a incorporação da nova divisão territorial do trabalho, baseada na informação (LOJKINE, 1995). Ao mesmo tempo, a região sul, que embora também tenha a presença dessas redes, só que em uma escala reduzida, conhece a intensa expansão da pobreza nas últimas décadas e segue, assim, o processo de urbanização brasileiro transformando-se numa metrópole corporativa e fragmentada (SOUZA, 2008).

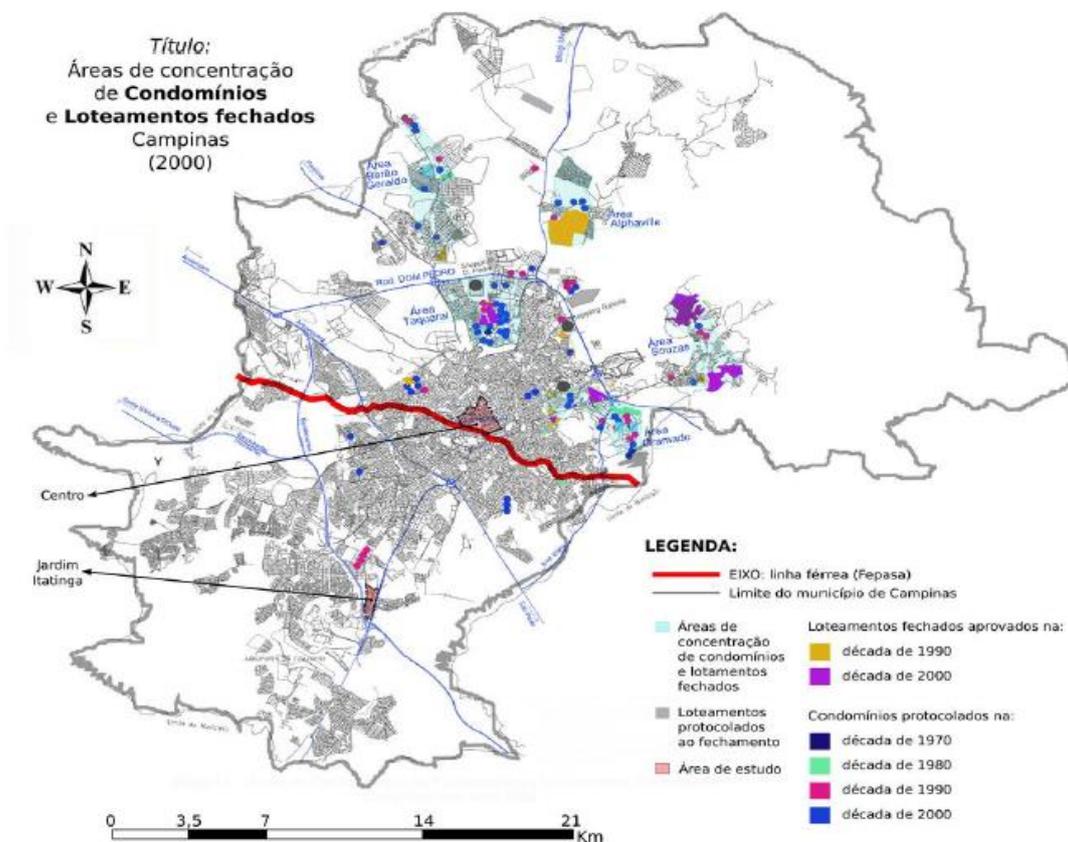


Figura 2 - Divisão da cidade em regiões norte e sul pela linha férrea. Fonte: Ramos (2015, p. 164). Elaboração:

Diana Helene Ramos

Na figura 2 é possível identificar, até o ano 2000, a expansão dos condomínios fechados principalmente na região norte do município, identificando o processo explicado acima, isto é,

dicotomia norte-sul que transpassa o município de Campinas. Sendo o norte com as maiores rendas e o sul com as menores, evidenciado pelos dados que comprovam que Macrorregião Norte campineira possui menos de 25% de sua população residente em favelas, ocupações e loteamentos clandestinos, enquanto a Macrorregião Sul possui os outros 75% da população de baixa renda (MOYSÉS e RIZZATTI, 2017).

3. Formação do Itatinga

De acordo com Ramos (2015), até a década de 50 a prostituição era naturalizada para a população. As manifestações de cunho moral tiveram início a partir desta data por parte dos moradores contra a presença de prostitutas que transitavam através do perímetro urbano da cidade e, principalmente, do centro da cidade, ao redor do Mercado Municipal de Campinas. Até a criação do Jardim Itatinga, Campinas foi um grande abrigo de diversos níveis de casas de prostituição, dividindo-se entre bares, boates, hotéis, entre outros. Como é possível observar na figura 3, os espaços de “prostituição e boemia” do município de Campinas entre os anos de 1930 até 1960 estavam presentes ao longo do centro, com grande concentração ao redor do Mercado. Portanto, a prostituição existia no mesmo ambiente que as atividades urbanas que a população exercia sendo essa manifestação naturalizada na sociedade campineira.

Nesse período, as casas de prostituição eram como casas residenciais comuns, tendo no máximo uma nomeação de “casas animadas”. Existia outra forma de prostituição muito recorrente naquela época que era o “trottoir”, sendo a designação para aquelas que trabalhavam em espaços públicos, como calçadas e ruas.

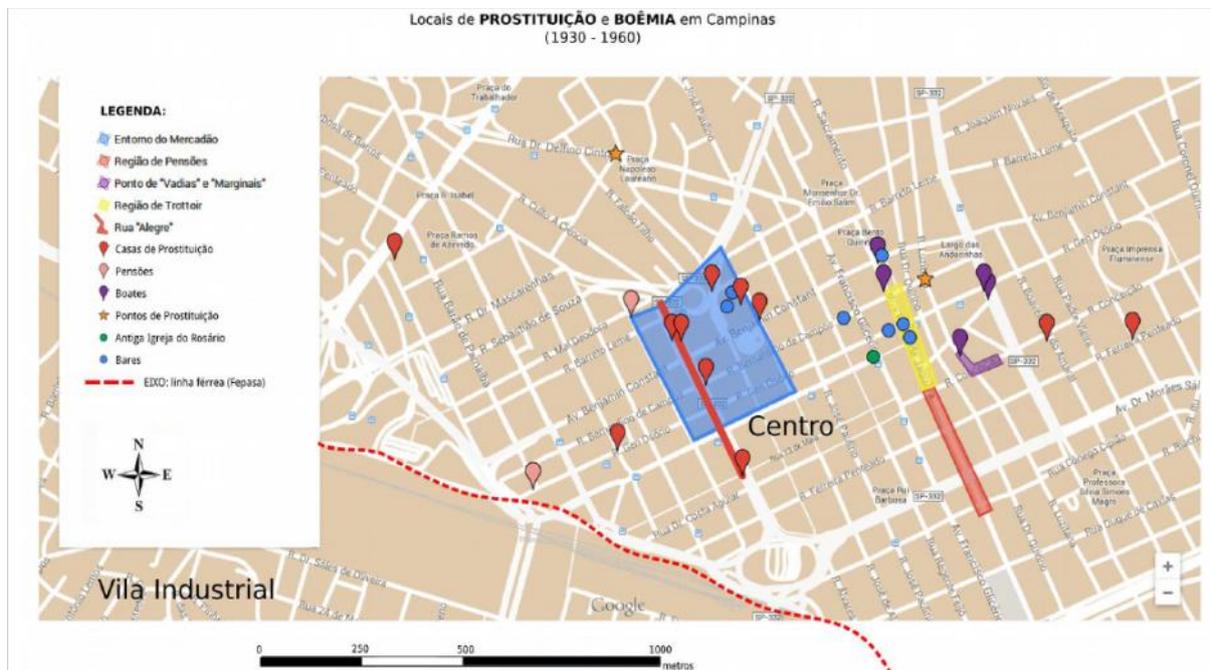


Figura 3 (espaços de prostituição e espaços públicos). Fonte: RAMOS (2015, p.81). Elaboração: Diana Helene Ramos.

3.1 Prostituição e os valores da década de 50 e 60

Conforme Sposito (2013), a segregação socioespacial possui diversos pilares e:

[...] sua ocorrência não é intrínseca às formas espaciais ou explicadas por elas, muito pelo contrário, como todo processo ela tem forte relação com as ações que a constituem e que colocam em marcha (tanto quanto representam) visões de mundo e de sociedade (SPOSITO, 2013, p. 66).

Sendo assim, é de suma importância a compreensão do processo de segregação socioespacial do Jardim Itatinga ser analisado para além do viés econômico, que era, nesse caso, um dos principais visando favorecer a especulação e a revalorização imobiliária das áreas que antes continham as atividades de prostituição.

A prostituição até a década de 50 era vista como saudável para o casamento pelo fato de que as mulheres deveriam manter-se virgens até a realização do evento e, portanto, a prostituição vinha para a manutenção desse relacionamento para aliviar impulsos dos homens (RAMOS, 2015). As “boas mulheres”, nesse período, não podiam ser vinculadas ao sexo prazeroso, tendo função apenas de procriação e, assim, as prostitutas acabavam trazendo consigo a imagem de liberdade e de prazer sem restrições. Os locais também eram restritos às mulheres, pois as “mulheres de bem” podiam frequentar apenas ambientes familiares, como sorveterias, docerias, cafeteria, entre outros, senão ficavam com “má fama” perante a sociedade (RAMOS, 2015).

Conforme apontado por Negrão (2013), essas condições sofrem alterações em torno de 1960 a partir do momento em que as mulheres começam a romper com os padrões e frequentar alguns dos bares tradicionais de Campinas, como o Giovanetti. Com a crescente ocupação do espaço social pelas mulheres campineiras, foi tido como necessário uma reorganização espacial da prostituição, devido à má influência dessas atividades próximas a ambientes familiares, além da mistura de duas classes sociais distintas, na qual os homens acabavam confundindo as “mulheres de bem” com “mulheres mundanas” em busca de programas (MAZZARIOL, 1977). Seguindo a lógica que foi imposta com a segregação espacial das prostitutas em Campinas, se explicita “a existência de dois papéis exclusivos destinados às mulheres: ou ‘puta’ ou ‘esposa’ (‘moça de família’)” (RAMOS, 2012, p. 10), além da moral familiar que se abala com a presença das prostitutas perto de suas casas, a expulsão das mesmas também possui viés machista e misógino, ressaltando esses dois papéis femininos que se opõem (RAMOS, 2012).

As mulheres de baixa renda da época eram constantemente confundidas com prostitutas por frequentarem ambientes públicos, que não eram permitidos para mulheres que não fossem “mundanas” por configurarem espaços frequentado apenas por prostitutas (Rago, 1991). Seguindo essa linha, Moraes (1996) traz a importante questão da dualidade entre “senhora branca”, sempre com a imagem da “mãe”, e “negra escrava”, sempre com a imagem de “puta”. Sendo assim, ser negra simbolizava ser prostituta, tendo esse estigma sempre imposto à sua identidade.

A própria configuração de formação do Jardim Itatinga, nos primeiros anos da ditadura militar, diz muito à respeito sobre a ordem moral que se impõe até hoje em relação à prostituição, a ideia de expulsar dessa atividade do cotidiano das famílias era a intenção principal na criação do bairro. Nesse sentido, Regina Mazzariol coloca que um dos principais fatores que justificavam tais ações violentas com as prostitutas eram:

A presença da prostituição espalhada pela cidade convivendo no mesmo espaço físico vital de ‘família’ proporcionava uma mistura desordenada entre as duas categorias sociais distintas, isto é, uma situação social de ambiguidade; principalmente pelo fato de que homens, em busca de ‘programas’, perturbavam a tranquilidade de ‘senhoras’ e ‘senhoritas’ de ‘família’ por confundi-las com ‘putas’ (1976, p.11).

Ainda conforme Mazzariol (1976), a operação realizada pela prefeitura teve base além da moralidade para também compromisso com uma valorização imobiliária da região do Taquaral (região norte do município), que era o bairro em que a grande maioria das casas de prostituição se localizava.

A transformação do uso da rua passou por diversas disputas pela elite brasileira, sendo as famílias burguesas os atores principais de tais ações, pois eram eles que serviam como parâmetro para a constituição das regras de convivência harmoniosa pelas ruas campineiras (RAMOS, 2012). Mesmo após a criação do Jardim Itatinga e sua função principal de sediar o setor da prostituição no município de Campinas, há ainda movimentos de resistência onde algumas prostitutas permanecem nas áreas centrais, e os espaços que antes abrigavam essas atividades de maneira mais incisiva, agora se tornam locais de disputa e de conflito com a prostituição, principalmente na região central do município.

3.2 Operação Limpeza

A operação limpeza, que teve o objetivo de retirar a prostituição das áreas tradicionais da cidade, iniciou-se em torno de 1950 com as expulsões das prostitutas que trabalhavam nos arredores do Mercado Municipal de Campinas. Segundo Negrão (2013), o local representava também um ambiente no qual existia grande efervescência cultural e ocorrência de uma mistura das distintas classes sociais da cidade, sendo assim, a ‘moralização’ do Mercado estava vinculada não apenas a prostituição, mas também a um modo de vida específico. Após isso, foi realizada a demolição da chamada “Igreja dos Pretos”, a Igreja do Rosário, local onde havia também pontos de prostituição. A operação policial atuou principalmente em profissionais do sexo prendendo-as quando trabalhavam em espaços públicos, como as “trottoir”. Negrão (2013) e Mazzariol (1977) dizem que, em paralelo a essa situação, a Prefeitura Municipal de Campinas (PMC) realizava acordos com os administradores das casas de prostituição para que transferissem seus negócios para outro local, combinando também com corretores imobiliários para que encontrassem uma região afastada do centro da cidade e também despovoada para realocar esses estabelecimentos.

A coerção para a mudança dos estabelecimentos e das prostitutas aconteceu de diversas formas. Além da negociação com os donos dos locais, acontecia por intermédio da “legalidade” representada pela polícia. Atuando diretamente no centro e não no Jardim Itatinga, a mudança começou a acontecer naturalmente devido a facilidade da existência da prostituição no bairro e a dificuldade de sobreviver no centro e nas áreas tradicionais da cidade. Outra forma de coerção muito frequente eram os proprietários desses estabelecimentos serem processados por lenocínio caso não aceitassem a negociação e as mulheres por atentado ao pudor (RAMOS, 2015)

4. Prostituição e gentrificação

Cotidianamente, as prostitutas são alvo de processos de remoção, sendo, muitas vezes, as primeiras a serem reprimidas e expulsas das áreas centrais e/ou em vias de revalorização imobiliária. De acordo com Redoutey (2005), geralmente, a rejeição à prostituição se revela nos momentos de renovação urbana. Segundo o autor, se reproduz um ciclo frequente: a prostituição existe previamente integrada ou se instala em um local econômico socialmente estático.

Portanto, o processo de remoção que antecipa o processo de revalorização imobiliária e então o processo de gentrificação, resulta na expulsão dessas profissionais, muitas vezes acontecendo a partir de ações que violam os direitos humanos, para outras áreas da cidade sendo em sua maioria, áreas longe do centro.

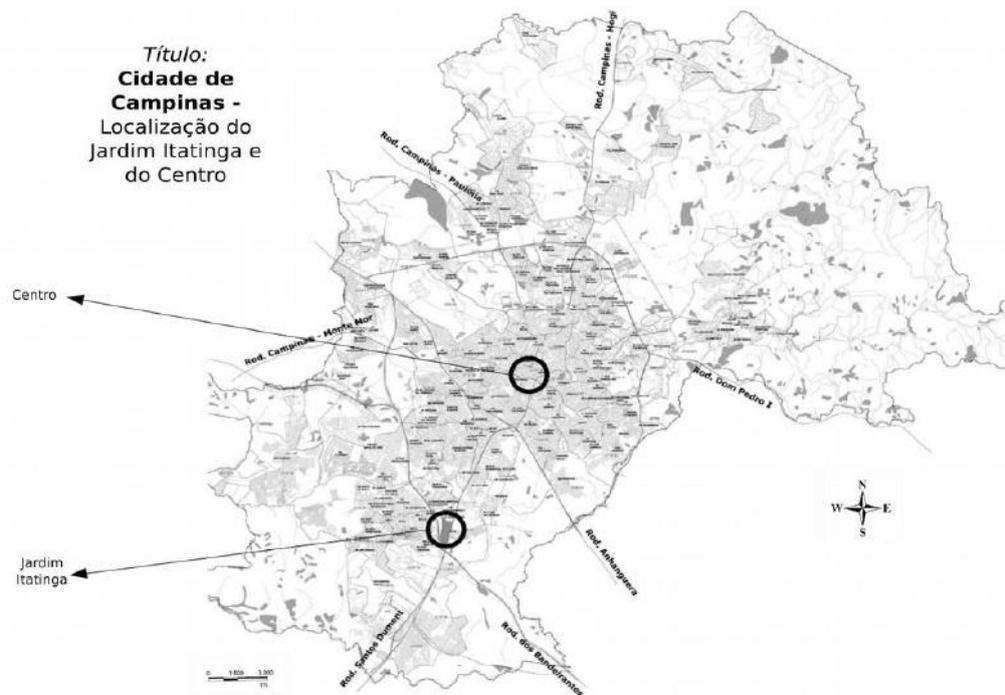


Figura 4- Localização do centro de Campinas em comparação com o Jardim Itatinga - Fonte: Ramos (2015, p. 13).

Elaboração: RAMOS e ANDREOTTI (2015).

Na figura 4 é possível observar a distância que o Jardim Itatinga é localizado em relação ao centro, sendo, assim, segregado em relação ao local onde há maior disponibilidade de serviços e mostrando onde efetivamente ficou o local de prostituição após o processo de gentrificação.

Em Ramos (2017), a profissional do sexo Gabriela Leite, que também é escritora e fundou o movimento social de defesa dos direitos das trabalhadoras do sexo no Brasil, afirma que as prostitutas são os primeiros focos do processo de expulsão pelas intervenções urbanas de remoção motivados por seu intuito de revalorização imobiliária decorrente do novo investimento

de capital no local, substituindo-se os antigos moradores por outros de maior renda, atrelando o processo de expulsão à violência e de desagregação dos espaços de atuação das prostitutas para que esse processo seja efetivado, como relatado pela autora:

Nos últimos meses dezenas de locais de trabalho como hotéis e “inferninhos” foram fechados e “emparedados” pela prefeitura no quadrilátero formado pelas ruas Marquês de Itu e Rego Freitas (cidade de São Paulo, ambas as ruas). Além dessas ações muitas prostitutas foram abordadas de forma truculenta pela polícia e algumas delas detidas, numa tentativa clara de expulsá-las da região, que começa a passar por um processo de revalorização imobiliária (RAMOS, 2017)

5. Movimento de Resistência

O principal movimento de resistência e reivindicação presente no Jardim Itatinga é a Associação Mulheres Guerreiras, que foi fundada em 2007 com o intuito de afirmar a prostituição como trabalho e para reiterar a não violação dos direitos humanos enquanto trabalhadoras e mulheres (NSWP, 2014).

Dentre os objetivos que foram firmados como os principais que devem ser atingidos pela associação pode-se citar a promoção de políticas eficientes de saúde pública que funcionem de forma integral e que sejam de qualidade para as profissionais do sexo, denúncia a todo e qualquer abuso policial, combate na exploração sexual de crianças e adolescentes, além de promover ações que busquem aumentar a visibilidade das profissionais ressaltando os discursos desnecessários e de vitimização e marginalização das prostitutas (NSWP, 2014).

Além da reivindicação de seus direitos, a associação, enquanto movimento popular urbano, possui parcerias com diversos órgãos que lhe proporcionam alcançar seus objetivos, como o Centro de Referência em HIV/AIDS de Campinas, CEPROMM - Centro de Estudos e Promoção da Mulher Marginalizada, do ITCP/Unicamp e de grupos feministas onde cooperam para que as profissionais sejam tratadas da maneira mais digna possível. Além da assistência de um advogado que trata de possíveis questões jurídicas envolvendo abusos ou a não promoção de seus direitos. (NSWP, 2014)

Financeiramente falando, a associação mantém seus eventos com o dinheiro destinado às políticas públicas de saúde, as parcerias com a Unicamp e com o CEPROMM são as de principal relevância nesse quesito. A grande maioria dos eventos realizados pela associação foi feita juntamente com esses órgãos. (NSWP, 2014)

Uma das principais formas de resistência das profissionais do sexo no município de Campinas pode ser observado justamente na disposição das mesmas (no que tange seus locais de trabalho) pelo perímetro urbano. Mesmo após a expulsão das atividades de prostituição da área central de Campinas nas décadas de 60 e 70, as profissionais ainda estão exercendo seu ofício em tais locais. Relevante ressaltar que as prostitutas presentes no Jardim Itatinga geralmente são mais novas e estão se iniciando no ramo, já as mulheres que permanecem no bairro por mais tempo geralmente sobem de cargo dentro da zona ou voltam a se prostituir na área central, devido ao apoio oferecido pela Associação Mulheres Guerreiras e também pela experiência que elas carregam já que no Centro elas estão mais vulneráveis à repressões do que no Jardim Itatinga.

6. Considerações finais

É possível concluir que no município de Campinas há um histórico de expulsão de populações consideradas “imorais” da região central da cidade, criando um ambiente num local mais afastado para essas pessoas e dificulta sua permanência e existência no centro da cidade. Utilizando do conceito de gentrificação, podemos considerar que o Jardim Itatinga sofreu esse processo na chamada “Operação Limpeza” realizada pela Prefeitura Municipal de Campinas quando retirou as prostitutas que trabalhavam nas calçadas, retirou bordéis e bares do centro da cidade, através de negociações e também através de coerções para que a região fosse novamente um local “moralmente correto”. A "Operação Limpeza" é o exemplo claro de como as políticas públicas urbanas que são montadas com base em um estado capitalista podem ir contra a democratização do uso da cidade e os movimentos populares urbanos como a Associação Mulheres Guerreiras, vão em direção à maior humanização de setores da sociedade que são constantemente excluídos até mesmo de seus próprios espaços.

O Jardim Itatinga é o único bairro planejado para a prostituição no Brasil e foi pensado a partir da expulsão de pessoas dos locais onde costumavam frequentar. A forma que esse processo foi construído foi violenta, pois foi realizado contando com a repressão por parte dos policiais que tinham autorização para que pudessem agir em favor da expulsão das mesmas.

A questão moral foi um pilar essencial para justificar a expulsão das prostitutas das áreas consideradas "de família", nos bairros do Taquaral, Bosque e na zona central do município de Campinas. Atrelado à fatores econômicos e imobiliários e com intensa repressão por parte da polícia, a expulsão das prostitutas ocorreu de forma massificada, porém, ainda há alguns pontos

principalmente nos bairros do Bosque e no Centro que ainda concentram algumas prostitutas que trabalham por conta própria.

Focando na situação particular do município de Campinas, pode-se dizer que: "A atuação das prostitutas de Campinas estabelece uma crítica a um modelo de cidade, ao mesmo tempo em que contesta um modelo de 'mulher'" (RAMOS, 2015, p. 310). Sendo assim, coloca novamente a questão do comportamento da mulher em cheque, do seu direito de ir e vir e também de utilizar o espaço urbano da cidade da melhor forma que achar necessário mostrando, assim, como o urbano possui espaços que estão constantemente em disputa.

7. Referências Bibliográficas

CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. São Paulo: Editora Ática, 2000.

FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. **O Brasil Urbano: a cidade que temos!:** O processo de urbanização de Campinas. 2016. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/conferencias/6conferencia/2016_concidades_campinas_o_brasil_urbano.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Aglomerados Subnormais. Primeiros Resultados. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Censo Demográfico. 2010. Rio de Janeiro, 2011. (p. 1-259)

HISTÓRICO dos Planos Urbanísticos e Planos Diretores de Campinas: Histórico dos Planos Urbanísticos e Planos Diretores de Campinas. Histórico dos Planos Urbanísticos e Planos Diretores de Campinas. 2006. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/plano-diretor-2006/doc/historico.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2019.

LOJKINE, Jean. A revolução informacional. São Paulo: Cortez, 1995.

MAZZARIOL, Regina Maria. Mal necessário: Ensaio sobre o confinamento da prostituição na cidade de Campinas. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - IFCH/UNICAMP, Campinas, 1977.

MORAES, Aparecida Fonseca. Mulheres da Vila: prostituição, identidade social e movimento associativo. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

MOYSÉS, Maurício; RIZZATTI, Helena. A urbanização de Campinas-SP e os recentes conflitos urbanos na região do Jardim Campo Belo. Boletim Campineiro de Geografia v. 7 , n.1, Boletim Campineiro de Geografia, 2017. Disponível em: <http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/302/pdf_25>

Acesso em: 6 jun. 2017.

NEGRÃO Ana Maria Melo, Pernas cruzadas, meias rendadas: desvendando histórias de Campinas (1930-1970), Campinas, UNICAMP/CMU, 2013.

NSWP - A Rede Global de Projetos de Trabalho Sexual, Associação Mulheres Guerreiras, 2014. Disponível em: <<https://www.nswp.org/featured-member/associa%C3%A7%C3%A3o-mulheres-guerreiras-warrior-women-association>>. Acesso em: 05 jul. 2019

RAGO, Margareth. Os prazeres da noite: Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo (1890-1930). 1991. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RAMOS, Diana Helene. A invenção do Jardim Itatinga: o zoneamento urbano da Prostituição. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 28., 2012, São Paulo. **Anais...** . São Paulo, 2012.

_____. “PRETA, POBRE E PUTA”: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga. 2015. 337 f. Tese (Doutorado) - Curso de Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015

_____. **FeminismUrbana**: “As primeiras a serem expulsas são as prostitutas”. 2017. Disponível em: <<https://feminismurbana.wordpress.com/2017/12/02/as-primeiras-a-serem-expulsas-sao-as-prostitutas/#more-1796>>. Acesso em: 06 jul. 2019.

REDOUTEY, Emmanuel. “Trottoirs et territoires, les lieux de prostitution à Paris”. In: HANDMAN, Marie-Élisabeth; MOSSUZ-LAVAU, Janine (orgs). La prostitution à Paris. Éditions de la Martinère: Paris, 2005. (p. 39-89)

RIZZATTI, Helena. A urbanização de Campinas/SP e a produção de informação nas maiores ocupações da cidade. Urbanização de Campinas - SP, Revista Rua, Campinas, n - 21 v 2, p. 221-245, p. 221-245, nov. 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8642464/9975>. Acesso em: 6 jul. 2019.

SANTOS, Regina Célia Bega dos, Campinas como pólo tecnológico na reestruturação do espaço urbano regional. IN: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Org). **Dilemas Urbanos: Novas abordagens sobre as Cidades**. São Paulo: Editora Contexto, 2000. p.204-211.

SANTOS, Paulo Reis dos. Entre peitos, necas e picumãs: subjetividade e construção identitária das travestis do Jardim Itatinga. 2008. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SEPLAMA. **Perímetro Urbano**. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/publicacoes/planodiretor2006/pd2006mapas.php>. Acesso em: 06 jul. 2019.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação socioespecial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **A Cidade Contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2013. p. 61-93.

STEGANHA, Roberta. Itatinga é único bairro planejado para prostituição no país, diz pesquisadora. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2015/09/itatinga-e-unico-bairro-planejado-para-prostituicao-no-pais-diz-pesquisadora.html>. Acesso em: 03 nov. 2018.

VILLAÇA, Flávio. **São Paulo: segregação urbana e desigualdade**. Estudos Avançados, v. 25, n. 71, p. 37-58, 1 abr. 2011.